

Distribuição do Programa Residência Pedagógica em relação ao território brasileiro

João Pedro da Rosa Ribeiro ¹

André Iser Siqueira ²

Sabrina Orth ³

Muriel Pinto ⁴

RESUMO

Este texto presta-se a discutir a seleção do Programa Residência Pedagógica em nas unidades da federação brasileira. Este programa, é uma public policy voltada para educação, envolvendo nível superior e básico. Assim sendo, a mesma propõe-se a fomentar o desenvolvimento dos professores em formação que permeiam os cursos de licenciatura do país. Instituições públicas e privadas podem ser contempladas com a seleção ao Residência Pedagógica. Para examinar-se em quais Estados do Brasil foram executados a política em questão foram analisados os editais de seleção da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), instituição de implementa e avalia o projeto em estudo. Aplicou-se, assim, portanto a análise documental, que abrigou as normativas da CAPES e a pesquisa bibliográfica, disposta a embasar trabalhos com base em produções previamente elaborados. Para o compor o método, usou o comparativo, a fim de confrontar quais Estado brasileiros tiveram maior recebimento do programa em questão. Como consequência da pesquisa, observou-se concentração do Programa Residência Pedagógica em unidades federativas do Sul e Sudeste, em especial São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Educação, Programa Residência Pedagógica; Formação de professores.

INTRODUÇÃO

O Programa Residência Pedagógica é uma política pública educacional, que visa a formação de professores, tanto da rede básica, quanto os licenciados nas instituições de ensino superior. O referido projeto tem suporte e supervisão da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que conforme suas normativas, implementa e avalia as políticas públicas sob sua responsabilidade. Em relação aos sujeitos envolvidos, portanto, envolvem-se docentes da rede básica e superior e os discentes, que fazem parte dos cursos de graduação em nível de licenciatura.

A primeira edição desta política educacional deu-se início em 2018, com duração de 18 meses. Ademais, houveram mais duas edições, com início em 2020 e 2022, da mesma forma com a mesma duração, ou seja, um ano e meio. Os objetivos do Programa Residência Pedagógica estão relacionados com a formação de professores, todavia, existem objetivos a serem desenvolvidos. Entre eles estão a integração entre redes educacionais de nível superior e

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, joaoribeiro.aluno@unipampa.edu.br;

² Graduando no Curso de Licenciatura em Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, andresiqueira.aluno@unipampa.edu.br;

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, sabrinaorth.aluno@unipampa.edu.br;

⁴ Professor orientador: Doutor, Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, murielpinto@unipampa.edu.br.

básico; fomentar a pesquisa dos envolvidos, é outro ponto a ser destacado, pois, é necessário que os envolvidos transformem as práticas pedagógicas em instrumentos de divulgação científica, ou seja, que relatem suas experiências aos pares; além do mais, busca fortalecer a identidade dos docentes em formação. Já sobre a relação entre teoria e prática, é objetivado que os envolvidos no programa estimulem estes pontos, a fim de tornar o processo de ensino-aprendizagem; por fim, é importante que haja valorização dos docentes da educação básica, assim sendo, este um dos objetivos desta política pública.

Por seguinte, é possível comentar-se sobre a problemática que envolvem esta pesquisa. Os Estados brasileiros possuem diferentes contextos, tanto educacionais, como sociais e econômicos, assim, é necessário entender-se em quais territórios estão dispostos o Programa Residência Pedagógica, já que o mesmo é uma política nacional. Assim, para compor a problemática deste trabalho, buscou-se pesquisar em quais unidades da federação encontram-se a execução do Programa Residência Pedagógica, ou seja, qual a quantidade de seleções da policy em questão, no nível nacional.

METODOLOGIA

A fim de expor-se um trabalho ao rigor científico, é imprescindível que se aponte o processo metodológico aplicado. Para compor este trabalho, usou-se os editais da CAPES que previam a seleção de instituições de ensino superior para executar o Programa Residência Pedagógica. Outra técnica de pesquisa utilizada foi a pesquisa bibliográfica, que da base o texto em relação à autores que pesquisaram acerca do Programa Residência Pedagógica. Para interpretação dos dados, foi feito uso do método comparativo.

Ao todo, foram 3 editais explorados, assim sendo, estes documentos públicos mostram quais educandários superiores foram selecionados e onde encontram-se dispostos pelo território brasileiro. Esta etapa metodológica, portanto, é a pesquisa documental. As fontes foram encontradas no site da CAPES. Em linha gerais, é possível afirmar que: “A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias.” (MARCONI; LAKATOS. 2003, p.174)

Já a pesquisa bibliográfica preocupou-se em apresentar os estudos realizados até o presente momento sobre a formação de professores e o Programa Residência Pedagógica. Utilizaram-se capítulos de livros e artigos de revistas científicas. Esta técnica soma-se ao trabalho, na medida que: “[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias,

teses, material cartográfico etc. [...]” (MARCONI; LAKATOS. 20023, p.183). Sob o método executado, lista-se o comparativo, usual para dados concretos, segundo apontam as pesquisadoras Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi (2003).

REFERENCIAL TEÓRICO

O Programa Residência Pedagógica (PRP) é uma política pública educacional, que visa o aperfeiçoamento dos estudantes de licenciaturas de universidades privadas e públicas do Brasil. O foco principal do programa, segundo consta em sua página oficial, é oferecer aperfeiçoamento inicial aos docentes que irão atuar na educação básica, ao final de suas licenciaturas. Assim, demandas relacionadas à teoria e prática podem ser dispostas nas atividades do programa. Neste ponto, importante o fomento destas práticas, uma vez que, é necessário aos licenciandos reflexões sobre a educação e o processo de ensino-aprendizagem. Bendoricchio e Reis (2021), referindo-se ao projeto afirmam: “Em seu contexto, a proposta do programa tenta reduzir as lacunas existentes na formação docente, especialmente quando observada a relação dicotômica entre teoria e prática”. (2021, p.2)

Autores como Lemos et al (2020) apontam as mesmas questões acerca do Programa Residência Pedagógica. Entre os pontos listados pelos autores, comenta-se sobre a possibilidade de imersão dos licenciandos na rede básica. E por fim, tem-se a figura dos professores da instituição de ensino superior, que prestam apoio e orientam os preceptores e residentes.

O Programa Institucional Residência Pedagógica (Programa RP), lançado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no mês de março do ano de 2018, tem como objetivo promover a imersão do licenciando nas escolas de Educação Básica a partir da segunda metade do curso. Nessa perspectiva, o professor em processo de formação inicial é inserido no ambiente da escola para realizar as intervenções, acompanhado pelo professor da escola com experiência na área de ensino do graduando. Além da figura do professor preceptor, há também a figura de um docente da Instituição de Ensino Superior (IES), cujo papel, entre outros, é também orientar as atividades que serão aplicadas aos discentes nas escolas. (LEMONS; Et al. 2020, p. 66-67)

No endereço eletrônico oficial, citado anteriormente, encontram-se os 5 objetivos PRP. O primeiro, diz respeito à relação entre teoria e prática nos cursos de licenciatura, que deve ser praticada e fortalecida ao longo da estadia no programa. Como consequência do primeiro, objetiva-se, também, induzir a pesquisa e produção acadêmica dos atores. Ou seja, as reflexões e análises acerca da educação básica geram dois objetivos à esta política educacional. Outro ponto a ser fomentado, diz respeito a construção da identidade profissional do licenciando, previsto, portanto, entre os propósitos do projeto. Já em relação aos docentes já atuantes no ensino básico, o projeto se propõe a valorizar suas experiências e saberes. Objetiva-se, além

disso, a colaboração entre IES, redes de aprendizagem e educandários na formação inicial de docentes. A seguir, expressa-se os objetivos desta política de formação de professores:

1. Fortalecer e aprofundar a formação teórico-prática de estudantes de cursos de licenciatura;
2. Contribuir para a construção da identidade profissional docente dos licenciandos;
3. Estabelecer corresponsabilidade entre IES, redes de ensino e escolas na formação inicial de professores;
4. Valorizar a experiência dos professores da educação básica na preparação dos licenciandos para a sua futura atuação profissional;
5. Induzir a pesquisa colaborativa e a produção acadêmica com base nas experiências vivenciadas em sala de aula. (Programa Residência Pedagógica. 2018)

Como pode ser visto no item 4, da citação anterior, envolvem-se diferentes atores e entes federados do Brasil. O projeto articula os docentes da educação básica – nível estadual e/ou municipal – e os sujeitos pertencentes às instituições de ensino superior. Um dos pilares desta política, é a relação que estes diferentes atores devem desenvolver ao longo do trabalho. Ou seja, existe o chamado regime de colaboração entre os envolvidos na política pública em questão. Sobre o material financeiro disponibilizado, sabe-se que, é financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que desde 2007 preocupa-se com a formação de professores. Além disso, evidencia-se nesta ação pública, a Política Nacional de Formação de Professores, regida desde 2018 pela CAPES.

O Programa de Residência Pedagógica é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores e, segundo o Edital Capes nº 6/2018, tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do/a licenciando/a na escola de Educação Básica a partir da segunda metade da licenciatura em curso. (MARTINS FILHO; SOUZA; MARTINS. 2021, p.13)

Em conformidade com os objetivos citados anteriormente, os autores apontam que os residentes devem, ao colocar-se no programa, terem experiências pedagógicas em sala de aula. Esta atividade, por sua vez, deve ser acompanhada de um professor da rede básica, com formação na área do projeto e por um docente orientador. Este último, por sua vez, é oriundo de IES.

Essa imersão deve contemplar, entre outras atividades, a regência de sala de aula e a ação pedagógica a serem acompanhadas por um/a professor/a da escola básica com experiência na área de ensino do/a licenciando/a e orientado por um/a docente da sua Instituição Formadora. (MARTINS; SOUZA; MARTINS. 2021, p.13)

Durante a execução, recebem e recebem auxílio do governo federal, discentes e docentes das instituições de ensino superior; e profissionais da rede básica. Para a execução são envolvidos 4 atores: residentes (alunos de licenciatura), preceptores (professores da rede básica), docente orientador (responsável por um núcleo e deve estar vinculado à um instituto

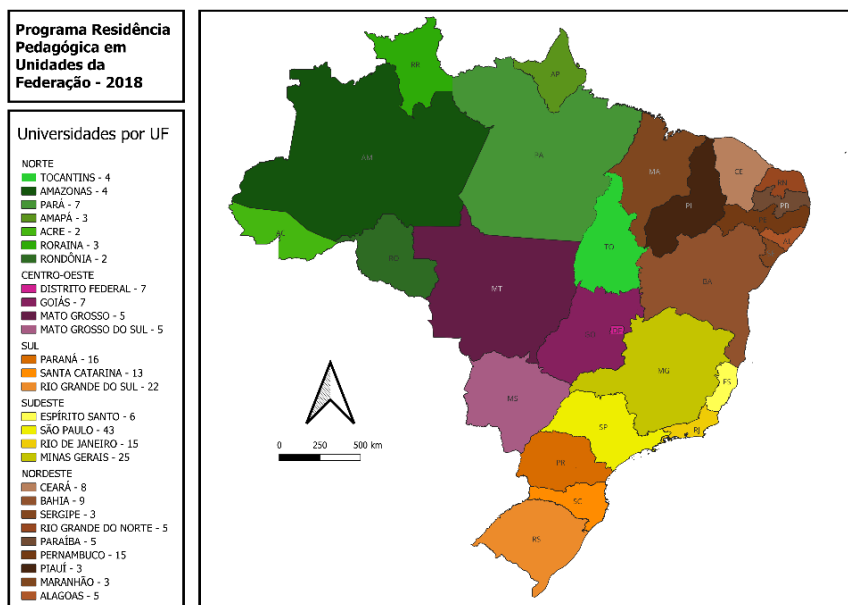
de ensino superior) e coordenador institucional (sujeito incumbida de dirigir todos os núcleos, assim como o sujeito anterior, deve fazer parte do quadro efetivo de um IES). Portanto, tem-se a relação entre diferentes setores da educação e distintos representantes da União. No quadro a seguir, pode-se ver o quadro de valores atribuídos a cada um destes atores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A primeira edição foi executada em 2018. Após esta, houve a etapa de 2020. Atualmente, o programa está em seu terceiro momento de execução, que se iniciou em 2022. Em todas as edições, o tempo de duração do Programa Residência Pedagógica foi de 18 meses. Em 2018, 2020 e 2022, respectivamente, foram selecionadas 245, 250 e 230 IES, distribuídas por todas as Unidades Federativas do Brasil. Durante as 3 execuções, o Estado de São Paulo, foi o que mais teve instituições de ensino superior selecionadas. Em sua etapa inaugural a UF em questão esteve em 43 instituições dispostas em seu território. Já na segunda e na terceira edição, respectivamente, foram 39 e 35 institutos educacionais contemplados. Os dois Estados com menor número de IES selecionadas foram o Acre e Rondônia, com 2 instituições nas 3 edições.

No ano de 2018, assim sendo, a primeira edição do Residência Pedagógica, a Região Norte apresentou 25 IES com regência do projeto. Já em 2020, o número decresceu para 22 e na última etapa desta política pública, os dados seguiram o mesmo índice da segunda edição. A região Norte brasileira apresentou nas 3 execuções do projeto, os menores números de IES selecionadas. Desta forma, é necessário que a CAPES e Ministério da Educação fomentem e distribuam maiores cotas desta política educacional aos Estados do Norte. Além disso, é necessário que sejam abertos centros de educação superior nestes espaços, pois, apenas com este tipo de instituição, podem haver ações pedagógicas. O fato de novas universidades, por exemplo, também iria de encontro ao desenvolvimento das escolas da rede básica. Fala-se isso, em função da cooperação entre os atores que o PRP constrói. A seguir, pode-se notar a distribuição do Residência Pedagógica em 2018.

Figura 1: Programa Residência Pedagógica em Unidades da Federação - 2018



Elaboração própria. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/29052018-resultado-final-edital-6-2018-residencia-pdf> Acesso em: mai. de 2023.

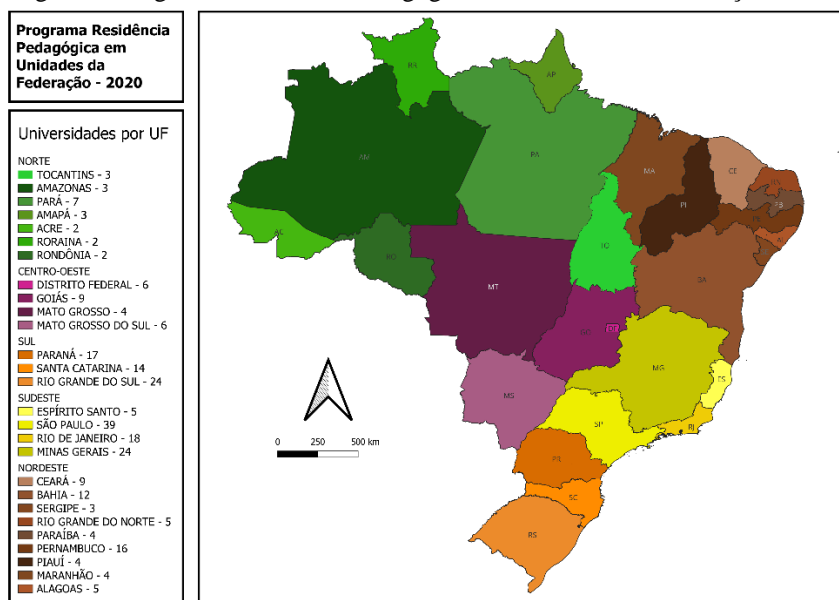
Outra região com diminuta participação, é a Centro-Oeste, que na primeira etapa, contou com apenas 24 projetos do Residência. Em comparação com os seus vizinhos nortistas, apresentaram, portanto, menor número. Em 2020, no entanto, chega-se à 25 instituições superiores aprovadas para implementar a política em questão. Já na edição atual, retorna à marca da primeira edição. Este espaço brasileiro é singular, uma vez que abriga a capital Federal, Brasília. Esta unidade, em composição territorial é a menor da região e recebeu o mesmo número de edições do programa em 2018, em relação aos vizinhos goianos, conforme pode-se observar o gráfico a seguir.

Para ter-se um panorama espacial, segundo o IBGE, o DF⁵ possui cerca de 5,7 milhões de km², enquanto Goiás⁶, 340 milhões de km². Mesmo em área territorial diminuta, Brasília, recebeu cotas similares do programa. No entanto, em 2020 e 2022, os dados foram alterados, pois, Goiás passou de 9 para 10 IES contendo o projeto, da segunda para terceira etapa de execução. Enquanto o DF, obteve 6 e 4 instituições com abrangência do PRP de 2020, para 2022. Na imagem a seguir, tem-se os índices por Estados em 2020.

⁵ Consulta disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/df/brasilia.html>? Acesso em: Mai. de 2023.

⁶ Consulta disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go.html>? Acesso em: Mai. de 2023.

Figura 2: Programa Residência Pedagógica em Unidades da Federação - 2020

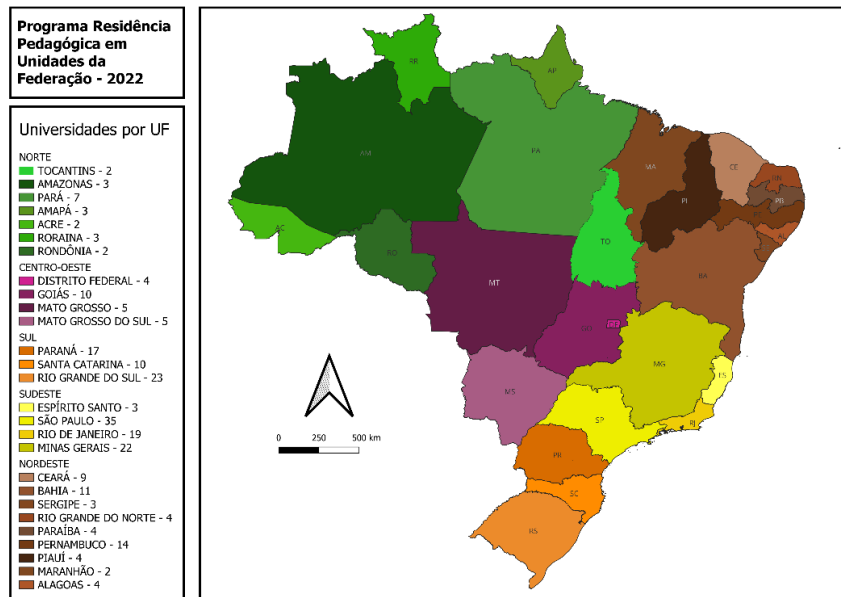


Elaboração própria. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/22052020-edital-1-2020rp-resultado-final-pdf> Acesso em: mai. de 2023.

Sobre a região Nordeste, os números cresceram, em relação aos vizinhos do Norte. O espaço em questão apresenta o maior número de Unidades Federativas, no total 9 entes federados estaduais. De modo geral, a segunda edição foi a mais volumosa aplicação do Residência neste espaço, 56 institutos de educação superior. Os números aumentam em 2020, para 62. E decrescem em 2022, com 55 IES contempladas. Na figura a seguir, é possível observar o PRP nas Unidades Federativas em sua edição de 2020.

Nas três edições, o Estado de Pernambuco foi o mais assíduo no recebimento do PRP, com 15, 16, e 14, IES, respectivamente, nos anos de 2018, 2020 e 2022. Já a UF com menor quantitativo, foi Sergipe, que possuiu nas 3 execuções do programa apenas 3 instituições de ensino superior preteridas. Pode-se ver, portanto, uma discrepância mesmo dentro de uma região, como é possível notar na relação entre Pernambuco e Sergipe. Outra Unidade Federativa importante, no que tange o Residência Pedagógica, é a Bahia. Na primeira edição, obteve 9 IES com o PRP. Houve acréscimo em 2020, para 12 seleções e queda para 11 na última edição. De modo geral, é necessário que o governo federal ocupe espaços com menor abrangência do programa, tal como Sergipe. Além do mais, é urge a necessidade de criações de universidades e centros de ensino superior nos Estados do Norte, Nordeste e Norte. A seguir, é possível visualizar-se as Unidades Federativas brasileiras em 2022, que receberam o Residência Pedagógica.

Figura 3: Programa Residência Pedagógica em regiões do IBGE - 2022



Elaboração própria. Fonte: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/resultados-dos-editais/05092022_Edital_1794069_SEI CAPES_1793630_Edital24_22.pdf Acesso em: mai. de 2023.

Sudeste e Sul, abrangem dos Estados com maior quantidade de recebimento do programa. São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, foram os líderes nas 3 edições. O Sul, por exemplo, em nenhuma amostra superou os números do Nordeste. No entanto, possui a UF mais meridional do Brasil, que apresenta dados relativos ao Residência Pedagógica em grande escala. Estes territórios, apenas refletem os melhores índices econômicos e sociais, na seleção de políticas públicas educacionais.

Nestes espaços, portanto, há maior desenvolvimento econômico, o que os diferencia dos demais Estados brasileiros. Neste texto organiza-se a regionalização do Brasil conforme o IBGE. No entanto, é possível recortar espacialmente somente os Estado do Sul e Sudeste, que formam, segundo Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001), a Região Concentrada, marcada pelo alto desenvolvimento da ciência.

A Região Concentrada, abrangendo São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, caracteriza-se pela implementação mais consolidada dos dados da ciência, da técnica e da informação. Nessa Região Concentrada do país, o meio técnico-científico-informacional se implantou sobre um meio mecanizado, portador de um denso sistema de relações, devido, em parte, a uma urbanização importante, ao padrão de consumo das empresas e das famílias, a uma vida comercial mais intensa. Em consequência, a distribuição da população e do trabalho em numerosos núcleos importantes é outro traço regional. (SANTOS; SILVEIRA. 2006, p.269)

Portanto, o panorama social e econômico, é preponderante, para que existam, neste espaço territorial, maior concentração do Programa Residência Pedagógica. Vale ressaltar a região Sudeste – voltando as regiões do IBGE – como um todo, foi a líder de recebimento do Residência Pedagógica nas três edições, ou seja, em ordem teve-se: 89, 86 e 79 centros de ensino superior selecionados. São Paulo e Minas Gerais, em 2018, foram as líderes, com 43 e 25 aparições do PRP. Já em 2020, houve decréscimo, ou seja, 39 e 24. Já na última edição Minas Gerais teve queda para 22 e São Paulo para 35. Para entender-se estes números, é possível observar-se a figura a seguir.

Em linhas gerais, a concentração de IES que receberam o Programa Residência Pedagógica está destinada as regiões Sul e Sudeste. De forma mais específica, os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, são os que possuem maiores seleções da política educacional em questão. Como já foi dito, estes espaços são favorecidos em função do alto desenvolvimento científico e informacional, presente, sobretudo pelo capital estrangeiro. Pode-se, por fim, afirmar que Sul e Sudeste, apresentam índices discrepantes, em comparação com os demais, com exceção do Espírito Santo, que iniciou com 6, na segunda edição foi para 5 e atualmente conta 3 IES recebendo o PRP.

Já em relação ao Norte, é necessária atenção, principalmente nos espaços estaduais de Roraima, Acre e Rondônia. A CAPES e o Ministério da Educação, podem, conforme forem suas possibilidades, fomentar o desenvolvimento educacional praticado nestes territórios. Além destes, as políticas públicas na área da educação podem ser melhoradas, no que tange o PRP, no Nordeste. Em especial no Estado sergipano, que apresentou apenas 3 seleções do PRP em todas as edições do projeto. Por fim, é necessária atenção, também ao Centro-Oeste, que apresenta números semelhantes entre os Estado participantes desta regionalização, porém, índices diminutos, se compararmos com seus vizinhos do Nordeste e Sudeste.

Em síntese, pode-se visualizar a concentração de execuções do Programa Residência Pedagógica no Sul e Sudeste, especificamente em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O primeiro, desponta como principal centro de aplicação da policy em questão. Os motivos que levam à este estado sobressair-se dos demais, podem ser estar relacionados a maior economia e população do Brasil. Em relação aos territórios que menos recebem o PRP, os motivos podem ser os mesmos, ou seja, baixo desenvolvimento econômico, além de diminuta população. Para entender-se os motivos são necessárias investigações mais abrangentes. O foco deste texto foi apresentar em quais unidades federativas o Programa Residência Pedagógica encontram-se atualmente e nas suas duas primeiras edições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pode ser visualizado na seção de desenvolvimento, o Programa Residência Pedagógica é uma política pública de educação, que visa integrar e fomentar a educação, em nível de formação de professores. Desta forma, a instituição mantenedora aponta objetivos e caminhos a serem percorridos na realização do projeto. As objetivações são executadas pelos atores, que segundo aponta a CAPES, possuem direitos e obrigações. Desta forma, foram apresentados os pontos da normativa que comentam sobre estas questões.

Em relação aos dados apresentados, é nítida que o projeto está disperso a todo o território brasileiro, isto é: em todas as unidades da federação. No entanto, os números apontam que ocorre mais seleções de instituições de ensino superior no Sul e Sudeste, sobretudo neste último. Estes elementos são importantes, na medida que, mostram-se em quais locais o projeto está disseminado. Como já se disse: todos os estados brasileiros recebem a policy em questão, entretanto, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e sobretudo São Paulo ocupam as primeiras colocações, se compararmos com os demais.

É plausível que Sul e Sudeste tenham maior desenvolvimento desta política pública, pois, são os locais com maior concentração de renda e educação, em contrapartida com Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Nos espaços em questão, existem uma menor taxa de desenvolvimento técnico e científico, principalmente em função dos aportes de capital e disseminação de investimentos. Conforme Milton Santos e María Laura Silveira, (2006) é possível que se façam divisões no Brasil que levem em consideração o elemento econômico. Desta forma, os maiores recursos encontram-se na chama Região Concentrada, que abarca, Sudeste e Sul. Por fim, este é um possível motivo para o maior recebimento nestes espaços.

Em futuras pesquisas, podem-se ser abarcados outros elementos, para que se possa melhor compreender a relação entre índices econômicos e educação, especificamente na formação de professores. Todavia, o Ministério da Educação, através de investimento públicos pode e deve fornecer aos Estados com menor recebimento do Programa Residência Pedagógica, pois, é de interesse nacional a formação de professores, em todos os espaços educacionais do país.

REFERÊNCIAS

BENDRATH, Eduard Angelo; REIS, Jaqueline Rocha dos. **Residência Pedagógica espelhada na Residência Médica: formação de professores sob nova perspectiva?** Caderno de educação física e esporte. V.19, n.3, set./dez, 2021. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/article/view/26966> Acesso em: mai. 2023.

Brasil. **Programa Residência Pedagógica**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica> Acesso em: abr. 2023.

_____. **Edital N° 24/2022 – Programa Residência Pedagógica**. Brasília: Ministério da Educação, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/resultados-dos-editais/05092022_Edital_1794069_SEI_CAPES_1793630_Edital24_22.pdf Acesso em: mai. de 2023.

_____. **Edital N° 01/2020 – Programa Residência Pedagógica**. Brasília: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/22052020-edital-1-2020rp-resultado-final-pdf> Acesso em: mai. de 2023.

_____. **Edital N° 06/2018 – Programa Residência Pedagógica**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/29052018-resultado-final-edital-6-2018-residencia-pdf> Acesso em: mai. de 2023.

_____. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**. Portaria N° 82. Brasília: Ministérios da Educação, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/diretoria-de-educacao-basica/28042022_Portaria_1691648_SEI_CAPES_1689649_Portaria_GAB_82.pdf Acesso em: abr. 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEMONS, Aline; Et al. **Reflexões sobre o ensino de línguas adicionais no Programa Residência Pedagógica: uma aproximação entre escolar e universidades**. In: MARTINS, Claudete da Silva Lima; Et al. (org.) Programa Residência Pedagógica na Unipampa: formação docente no horizonte de inovação pedagógica. São Leopoldo: Oikos, 2020.

MARTINS, Rosa Elisabete Militz Wypczynski; SOUZA, Alba Regina Battisti de; MARTINS FILHO, Lourival José. **Programa de Residência Pedagógica: processos formativos e articulações com a educação básica**. In: MARTINS, Rosa Elisabete Militz Wypczynski; SOUZA, Alba Regina Battisti de; MARTINS FILHO, Lourival José (org.) Programa Residência Pedagógica e formação inicial de professores/as – experiências e diálogos. Campo Grande: Editora Renovar, 2021.

SANTOS, Milton; Silveira, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006